



Organizadoras

Gisele Papeti

Helenice Oliveira Rocha

Psicanálise e democracia

Interlocuções entre clínica, política e cultura

Blucher

COLEÇÃO | Departamento
**Formação em
Psicanálise**

PSICANÁLISE E DEMOCRACIA

Interlocuções entre clínica, política e cultura

Organizadoras

Gisele Papeti

Helenice Oliveira Rocha

Psicanálise e democracia: interlocuções entre clínica, política e cultura

© 2025 Gisele Papeti e Helenice Oliveira Rocha (organizadoras)

Editora Edgard Blücher Ltda.

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenador editorial Rafael Fulanetti

Coordenadora de produção Ana Cristina Garcia

Produção editorial Andressa Lira

Preparação de texto Cristiana Gonzaga Souto Corrêa

Diagramação Departamento de produção

Revisão de texto Ariana Corrêa

Capa Departamento de produção

Imagem da capa iStockphoto

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4ª andar
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil
Tel.: 55 11 3078-5366
contato@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico,
conforme 6. ed. do *Vocabulário Ortográfico*
da Língua Portuguesa, Academia Brasileira
de Letras, julho de 2021.

É proibida a reprodução total ou parcial
por quaisquer meios sem autorização escrita
da editora.

Todos os direitos reservados pela
Editora Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Heytor Diniz Teixeira, CRB-8/10570

Psicanálise e democracia: interlocuções entre
clínica, política e cultura / organizadoras Gisele
Papeti, Helenice Oliveira Rocha. – São Paulo :
Blucher, 2025.

266p. – (Coleção Formação em psicanálise).

Bibliografia

ISBN 978-85-212-2673-4 (Impresso)
ISBN 978-85-212-2670-3 (Eletrônico - Epub)
ISBN 978-85-212-2671-0 (Eletrônico - PDF)

1. Psicanálise. 2. Democracia. 3. Psicanálise e
política. 4. Psicanálise e cultura. 5. Psicanálise e
sociedade. 6. Clínica psicanalítica

CDU 159.964.2

Índice para catálogo sistemático:

1. Psicanálise CDU 159.964.2

Conteúdo

Prefácio	15
<i>Andréa Máris Campos Guerra</i>	
1. Democracia: da distopia à atualização da psicanálise perante os marcadores sociais	25
<i>Miriam Debieux Rosa</i>	
2. Paratodos? Frestas, impedimentos e acesso à Psicanálise	45
<i>Cristina Rocha Dias</i>	
3. Tempestades, faróis, palavras: arriscar uma psicanálise?	63
<i>Edson Luiz André de Sousa</i>	
4. Os mal-ditos da democracia	77
<i>Paulo Cesar Endo</i>	
5. O que o desamparo pode nos revelar sobre o ódio à democracia	99
<i>Helenice Oliveira Rocha</i>	
6. A potência política das resistências	117
<i>Gisele Papeti</i>	
7. Além do riso: em busca de uma política própria da psicanálise	147
<i>Marta Quaglia Cerruti</i>	

8. A opção anticolonial na psicanálise: uma aposta
no múltiplo 169
Fernanda Canavêz
9. Identidades em jogo: contribuições winnicottianas
à pesquisa política contemporânea 185
Lucas Charafeddine Bulamah
10. A clínica psicanalítica e a política 203
Maria Helena Saleme
11. Intersetorialidade e psicanálise: a política do
Um pelo avesso 219
Paulo Bueno
12. Quarenta anos esta noite 249
Fabio Chiossi

1. Democracia: da distopia à atualização da psicanálise perante os marcadores sociais

Miriam Debieux Rosa

Este escrito nasce em um tempo em que a preocupação e o desânimo estão presentes frente aos movimentos nacionais e internacionais de escalada da extrema direita e de seus métodos. A ameaça é de perda da perspectiva da organização democrática, na ausência de uma verdade consensual sobre passado e presente, especialmente na realidade brasileira que tem uma história marcada por negacionismos, recalques e/ou forclusão da lógica escravocrata, colonial e patriarcal que nos funda, a qual permaneceu sob outros véus e agora sem véu nenhum – a crueza e a crueldade expostas e aplaudidas na cena social em gozo sem limites. As lutas brutais se intensificarem no mundo, destacando-se a guerra da Rússia contra a Ucrânia e os conflitos entre Israel e o Hamas, que desencadearam uma violência sem limites contra os moradores da Faixa de Gaza, na Palestina.

Nesse contexto nos perguntamos “o que cabe à psicanálise nesse tempo de ameaça da gestão democrática?” O que nos orienta no presente sob risco e futuro incerto?

Neste texto, refiro-me à “democracia” como um significante, recurso norteador de uma governabilidade possível de acolhimento à alteridade, necessário diante do imaginário distópico (Penha & Rosa, 2023) de

falta de recursos para enfrentamento da queda das nações, inclusive a nossa, nas mãos do fascismo, sem chance para construir um futuro. Para desconstruir as distopias destaco a importância de situar os seus termos em termos históricos e políticos (Penha & Rosa, 2023; Penha & Gonsalves, 2018) para localizar, nomear e construir estratégias de enfrentamento às formas de dominação advindas do patriarcado, do colonialismo e do capitalismo (Santos & Meneses, 2010). Trata-se de elucidar as astúcias e os impasses no pacto social e apontar os impasses perante o mal-estar colonial (Faustino & Rosa 2023; Faustino, 2020).

Pretendo situar as dimensões políticas, sociais e subjetivas da resistência e, dada a concepção de que a preparação da guerra passa por imprimir um discurso de verdade que a justifique, apresento a contribuição política e subjetiva que a psicanálise oferece face aos discursos que determinam os marcadores sociais alvos da dominação, espoliação e morte (Rosa, 2022b). Assim, trata-se de uma atualização da psicanálise em que vemos a teoria e a clínica psicanalítica revisitadas sob a ótica dos impasses de nosso tempo, dos sintomas, angústias e gozos que nos atormentam pela sua potência de repetição em diferentes tempos históricos.

Democracia – um significativo norteador perante o imaginário distópico

Estamos diante de uma profunda reconfiguração geopolítica, social e subjetiva com futuro incerto diante da qual sobrevém uma angústia de aniquilamento sem perspectivas na construção do laço social. Torna-se evidente, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, o alto preço cobrado pelas promessas do capitalismo avançado e do liberalismo de uma vida com conforto material, que seria possível a todos que, com *um esforço a mais*, como diria o Marquês de Sade (2003, p. 49), acessariam individualmente supostas liberdade e prosperidade em seus empreendimentos.

Os percalços desse atual ideário recaem sobre as formas de subjetivação – ou dessubjetivação, desumanização – de todos, mas são particularmente perversos sobre aqueles assinalados pelos marcadores sociais de discriminação. Constata-se que vivemos um aprofundamento e uma extensão dos racismos, em que muitos pagam além de uma libra de carne, em perda de gozo, como diz Lacan, e são submetidos a uma mera sobrevivência, no aguardo ansioso e na luta por sua libertação, ou, ao menos, por um lampejo de futuro para seus descendentes que dê coragem para sustentar sua luta.

No Brasil, e embora não somente nele, o abalo à democracia é evidente, apoiado pelos historicamente poderosos do país, que fomentam discursos de ódio ampliados em seu escopo aos homossexuais, às mulheres e aos sempre odiados quando ousam sair do “seu lugar”, os pobres e os negros e negras.

Não há uma verdade consensual sobre o passado e o presente, sendo a nossa história marcada por negacionismos, recalques e/ou forclusão da lógica escravocrata, colonial e patriarcal que nos funda e que permaneceu sob outros véus. Atualmente sem véu algum, a crueza e a crueldade são expostas e aplaudidas na cena social em gozo sem limites. Retorna sem máscaras, das entranhas da história, o negativismo histórico condensado na suposta democracia racial que perpetua a desigualdade obscena.

Temos debatido os restos da colonialidade que sobrevivem em nossa cultura, presentes na distopia de nossos laços sociais contemporâneos, como exposto em “Zumbis e distopia: os restos da colonialidade e o apagamento das lutas de libertação” (Penha & Rosa, 2023). Metodologicamente recorreremos a personagens do imaginário social, que interrogam o lugar do outro na cena social e na política. Compreendemos que os zumbis, enquanto imagem mnêmica social, trazem visibilidade às políticas de degradação do outro, sua dominação, seu extermínio, bem como de desmobilização política. A contextualização histórica e geográfica da origem e da construção desses personagens reforça a

constatação da lógica colonizadora e escravagista ali presente, fundamentada nos modos de captura dos desejos, corpos e vida dos sujeitos, culminando no efeito de obliteração das perspectivas de futuro.

Com o intuito de debater a distopia presente nos laços sociais contemporâneos e a sua suposta impossibilidade de transformação, propomos nos contrapor elucidando as estratégias de poder e resistência através de duas direções: 1) demonstrando que uma das formas de governar é fomentar o desamparo e a desmobilização das manifestações coletivas, desqualificadas como hordas acéfalas; e 2) demonstrando que se mantém na sociedade brasileira restos da colonialidade nos laços sociais aperfeiçoados no neoliberalismo. Para tanto, metodologicamente, destacamos personagens presentes no imaginário social – zumbis e vampiros –, portadores de questões que interrogam o lugar do outro na cena social, a pertença, a política e os processos de dominação.

A figura do zumbi, enquanto a lembrança encobridora do colonizador sobre o negro escravizado haitiano, não só denuncia a desqualificação das lutas de libertação como nada mais do que atos violentos de uma horda acéfala, como também oferece a oportunidade de reinstituir a dignidade dos movimentos que visam à transformação social. Dentro de determinada perspectiva crítica, os zumbis passam a representar a imagem mnêmica social dos libertários que não cessam de lutar. Tornam-se a simbolização do impossível de governar, reagem ao destino certo da condição de mortos, recuperando a potência de construção de um comum na alteridade.

Nesse contexto, a democracia comparece como significante norteador perante o imaginário distópico, indicativa de uma governabilidade possível, uma gestão da pólis marcada pelo mal-estar, pelo conflito, por tensões e disputas justamente por sermos uma sociedade plural e diversa – os pactos fazem-se necessários para construir um comum possível e transitório. A sucessão de tais pactos traçam a história de uma sociedade.

Várias perguntas nos instigam: o que a psicanálise pode nos dizer sobre o laço social, o tempo e a resistência necessária em tempos de guerra? Quais experiências de resistência temos na história? Traçar um horizonte de futuro pode ser uma modalidade de resistência democrática que a psicanálise pode ajudar a construir e sustentar.

Formas de dominação: patriarcado, colonialismo, capitalismo e o mal-estar colonial

Nas palavras de Santos e Meneses (2010), atualmente são evidentes a ascensão das políticas nacionalistas e excludentes, assim como a do racismo e da xenofobia, com formas renovadas de segregação e políticas de morte – o tempo parece retroagir ao pior da nossa história social e política, comparecendo, com novas roupagens, as do patriarcado, do colonialismo e do racismo.

Segundo os autores, os conflitos decorrem da articulação desigual e combinada dos três modos principais de desigualdade estrutural nas sociedades modernas. São eles: capitalismo, colonialismo e patriarcado, este último, mais precisamente, o heteropatriarcado. O colonialismo não terminou com os processos de independência, mas continuou sob muitas outras formas, entre as quais o neocolonialismo, guerras imperiais, racismo, xenofobia e islamofobia. Todas essas formas têm em comum o fato de implicarem a degradação humana de quem é vítima da dominação colonial.

A diferença principal entre os três modos de dominação é que, enquanto o capitalismo pressupõe a igualdade abstrata de todos os seres humanos, o colonialismo e o patriarcado pressupõem que as suas vítimas são seres sem plena dignidade humana, seres sub-humanos. Esses três modos de dominação têm atuado sempre de modo articulado ao longo dos últimos cinco séculos e suas variações são tão significativas quanto sua permanência subjacente.

Tais constatações, lidas sob a ótica de impasses, sintomas, angústias e gozos que nos atormentam, nos remetem à potência de sua repetição. Repetição é uma modalidade temporal que tem por função repetir um passado que não se inscreveu, negado, desacontecido. A compulsão à repetição tenta ligar os elementos de uma experiência não adquirida para que esta possa se tornar presente e, dessa forma, atualizar o inconsciente. Por sua vez, o sintoma indica um arranjo bem-sucedido do sujeito sustentado em uma teoria própria sobre as modalidades possíveis de satisfação nas relações com o outro, sociais e amorosas – arranjo que, no entanto, se solidifica e caduca, incitando uma atualização, como veremos a seguir (Rosa, 2021; Rosa, 2022a).

Trata-se de detectar a estratégia política da classe dominante ao impor um laço social segregatório e racista travestido de pacto civilizatório – modo em que as relações escravocratas persistem naturalizadas e sob outras roupagens (Rosa, 2016). Sobre o mal-estar, podem-se destacar dois pontos: de um lado, a dimensão estrutural da dor de existir em sociedade, para além do ideal idílico de felicidade; de outro lado, está a dimensão contingente, da política de distribuição de bens materiais e culturais, que rege cada sociedade em particular, e que atribui ou exila as possibilidades de existência de cada um na comunidade (Rosa, 2022).

Nesse cenário, percebe-se que nem todos pagam o mesmo preço pela pertença à civilização. Todos têm restrições pulsionais exigidas em troca da proteção e pertença. No entanto, os modos de pertença e segurança no campo social incidem do modo diverso sobre o sujeito e seu sofrimento, a depender dos modos de governança e de inscrição social, o que inclui o tema da desigualdade, promovendo, para além do mal-estar social, sofrimento sociopolítico e silenciamento.

Ressalte-se, portanto, que o pacto social nem sempre é um pacto civilizatório. A generalização histórica é instrumento que encobre os processos de dominação, tomando o imaginário pelo simbólico, o outro pelo Outro. Travestido de pacto civilizatório, certos arranjos sociais buscam naturalizar os lugares sociais, evitando dar visibilidade aos

embates sociais, políticos e econômicos, pautados na manutenção da ordem social específica que representam.

Enfatizamos que distinguir “processo civilizatório” de manipulações sociais e políticas para o exercício de um poder coercitivo é fundamental para localizar os modos de cooptação subjetiva pelo poder e direcionar a escuta clínica – o assentimento subjetivo será ao pacto civilizatório, mas não às políticas segregatórias (Rosa, 2016).

Em um passo a mais nessas considerações, Faustino (2020) estabelece um diálogo entre escritos de Freud e de Fanon para propor que a experiência colonial imprime um tipo particular de estranhamento, aqui nomeado como “mal-estar colonial”. No artigo “O mal-estar colonial: racismo, indivíduo e subjetivação na sociabilidade contemporânea”, Faustino e Rosa (2023) demonstram que se soma ao mal-estar, relativo ao desassossego dos indivíduos diante do preço a pagar pela pertença e segurança no laço social, a recusa do reconhecimento de sua pertença e do seu direito de usufruto do pacto social, travestido de pacto civilizatório. O sofrimento sociopolítico resultante do racismo antinegro contemporâneo se expressa a partir de um *duplo mal-estar*.

Nesse artigo, as interpelações de Fanon nos convocam a indicar que está em jogo no colonialismo justamente a suspensão do pacto civilizatório para alguns sujeitos envolvidos no laço social, impondo um tratado unilateral em que à elite econômica é permitida toda sorte de expansão agressiva e obscena dirigida às classes populares. A confusão entre o pacto e sua interdição faz parte da estratégia política para impedir as subversões vistas como, estas sim, violentas e contra a lei. O laço social perverso que se estabelece é que, embora não participem da distribuição dos bens materiais e culturais, os sujeitos devem se submeter passivamente às condições de vida impostas, naturalizando o sofrimento sociopolítico.

Temos constatado um pacto de classe social impeditivo da escuta daqueles historicamente minorizados – uma resistência do analista que

classifica em supostos diagnósticos modalidades de existências possíveis diante da opressão e desamparo social (Rosa, 2002). Lacan (1985) recoloca esse tema afirmando que: “Existe apenas uma resistência, é a resistência do analista” (p. 601). Maliska (2004) acrescenta: “Quer dizer, é a essa resistência que somos convocados a falar do nosso lugar de analista. Essa resistência nos angustia, nos deixa sem palavras” (p. 2). E Lacan (2021) alerta: “A boa vontade do analisante não encontra jamais nada pior que a resistência do analista” (p. 2). Assim, a resistência à escuta é do analista.

Bento (2002) elucida a questão racial ao descrever, especialmente na sociedade brasileira, uma organização em torno do “pacto narcísico da branquitude”, que desvela o compromisso em manter a estrutura racial: um pacto de proteção e premiação para as classes dominantes e brancas e a naturalização do abandono social dos grupos periféricos marcados pelo racismo. No contraponto, há a eleição do branco como parâmetro supostamente universal do laço social moderno a partir da invisibilidade, exotificação, exclusão ou eliminação de tudo o que escapa à branquitude.

A demonização monstrificante do “negro”, do “índio” e do “árabe” tem como função política divinizar o “branco” – o “ocidente”, a “Europa” e, em decorrência disso, as relações capitalistas de produção – em uma espécie de “teodiceia eurocêntrica”, conforme explica Faustino (2018).

O mal-estar colonial converte sujeitos não brancos em estranhos, naqueles que carregam a possibilidade de trazer à tona o que deveria permanecer oculto (Freud, 1996a). São esses estranhos e assustadores que deverão sempre estar circunscritos em um espaço de visibilidade/invisibilidade para que não denunciem, com sua presença, o que lhes é negado na possibilidade de narrativa (Rosa, 2016).

Os estranhos, o refugio vivo, a vida nua do nosso tempo são aqueles que se deverá apagar, calar, para produzir a ilusão de que estão mortificados, anônimos, imersos em um mundo apresentado como ideal e

imutável. Saem de cena a história, a transformação social, como forma de abordar o mal-estar (Rosa, 2022a). “Apresenta-se o duplo mal-estar perante a objetualização dos colonizados” (Faustino & Rosa, 2023, p. 7).

Há outra face nesse processo, segundo esses autores, pois “a investigação de Unbehagen *colonial*, apontado por Fanon, vai na direção oposta: para ele, ao desumanizar e tratar o semelhante como monstro, o branco perde a própria humanidade, tornando-se, ele mesmo, o monstro” (Faustino & Rosa, 2023, p. 12, grifo do original). Em *Pele negra, máscaras brancas*, Fanon (2008) afirma: “Sim, a civilização europeia e seus representantes mais qualificados são responsáveis pelo racismo colonial” (p. 88).

O fato é que o suposto pacto social brasileiro não inclui e nunca incluiu todos; a libra de carne a pagar pela pertença e segurança não contempla os que ocupam as margens e entram na pertença social na condição da invisibilidade e submissão.

Dessa feita, ressalta-se que a democracia brasileira nunca se concretizou para todos – os processos, que ora nos surpreendem, de franca crueldade e hostilidade, estavam presentes no laço social, encobertos pelo mito da democracia racial e pelo pacto de classes sociais. Somente o reconhecimento de tal contradição permitiria construção das resistências possíveis que dariam a ver o furo, a lacuna, que reside no ato de governar e de regular as civilizações, demandando a construção de estratégias de resistência políticas, sociais e subjetivas.

Resistências: políticas, sociais e subjetivas

O termo resistência transita por muitos campos – é tradicional na física, na política e na psicanálise. Na política, o termo é associado à resistência política, à opressão. Macedo (2005) resgata que a negação do direito à resistência encontrava justificativa política diante da soberania e da legitimidade (do soberano), que não podia ser ameaçada. Com Hobbes (2019), o termo resistência passou do *campo político* para o *campo*

jurídico como um dos *direitos* inalienáveis do indivíduo. O direito à resistência política não deixa de ser uma forma de desobediência civil capaz de criar uma ordem jurídica revolucionária, em substituição aos regimes de tirania e opressão.

Resistência é também uma experiência de subjetivação, de autonomia, que visa enfraquecer, desarmar o inimigo com suas próprias armas ao desorganizar a guerra que ele havia imposto. É como nos ressoa a voz de Etienne de la Boétie (1999), vinda dos idos de 1571, que aborda, em seu *Discurso da servidão voluntária*, a irracionalidade da servidão. E conclama: “Decidi não mais servir e serei livres; não pretendo que o empurreis ou sacudais [o tirano], somente não mais o sustentai, e o vereis como um grande colosso, de quem se subtraiu a base, desmanchar-se com seu próprio peso e rebentar” (p. 16). O limite dessa posição fica explícito na violência das guerras, mas o autor abre para pensar a resistência do sujeito diante das violências.

Resistência em psicanálise

Em psicanálise – Freud era afeito a termos vindo da política e da guerra –, o verbo usado em alemão para se referir à resistência é *sträuben*, que quer dizer manter-se à distância, assumir atitude de reserva. O termo “resistência” foi usado por Freud, em um primeiro momento, por ocasião de sua autocrítica da hipnose e da sugestão como técnicas de intervenção. Ele reconhecia como legítimas as resistências do paciente ao enfrentar a “tirania da sugestão”, também presente nos fenômenos de massa.

Posteriormente, revela várias faces: a conotação de resistência ao/ contra o tratamento analítico transforma-se em defesa – resistência do eu para não traumatizar, não repetir¹ –, e se torna uma face da transferência, possibilitadora da análise.

1 Segundo Paniago (2009), “A resistência é uma força que se contrapõe à força das pulsões, e protege o eu do conflito pulsional recalcado, dando-lhe oportunidade

A resistência na interface política e subjetiva, dado que consideramos que está em jogo manter-se à distância, assumir atitude de reserva (*sträuben*), está em não responder em espelho (eu/bom e ele/mau e vice-versa), mas marcar uma dissimetria e contrariedade diante das faces obscenas do Outro que se apresenta, em sua violência e poder de opressão, consistente e totalitário.

Este é o ponto: nas guerras, com ou sem nome, trava-se outra guerra silenciosa entre a resistência do sujeito e o império do gozo disposto a enlouquecer o sujeito de sua completude. Reitero que faz parte da estratégia política do poder autoritário a utilização do sofrimento sociopolítico como arma de guerra que utiliza os marcadores sociais – de classe, raça, cultura, gênero – para definir os alvos do ódio e das violências.

Faz-se necessário reconhecer que os governos autoritários têm como estratégia impor o sofrimento pela miséria, pelo racismo, pela exclusão na distribuição dos bens materiais e culturais, pelas violências que atingem corpos e mentes. Trata-se do exercício da política de manipulação dos afetos, especialmente os ódios e a incitação para cada um fazer a sua parte de impingir sofrimentos para oprimir e silenciar. E matar.

A produção de devastações narcísicas são modalidades de controle político acrescidas da estratégia de patologizar ou criminalizar as potências e/ou os efeitos das violências racistas. As violências persistem em formas veladas de violência cotidiana: as cotidianas práticas de humilhação social, material, social, sexual; a desqualificação dos valores, da cultura, da religião, de rituais (racismo epistêmico/científico), entre outras formas. Estas estão presentes nos discursos morais e jurídicos que insistem em negar, desmentir, forcluir, distorcer a dimensão histórica, a memória da origem, das lutas travadas, dos territórios ocupados.

de responder à realidade, transformando o desamparo diante do desprazer em um estado tolerável”.

Os marcadores sociais estabelecem nomeações que fixam identidades não dialetizáveis que podem se tornar um enigma ou configurar um impedimento para o sujeito, recaindo sobre o sujeito como uma sobrerresponsabilização individual, falha (não falta), fracasso ou vergonha inominável (Rosa, 2022b).

Há um uso estratégico do poder produzindo sofrimento com as seguidas violações de direitos e violências de sujeitos das classes sociais invisibilizadas, com destaque para a população empobrecida e/ou negra e indígena. E são esses sujeitos que sustentam várias das formas possíveis de resistência e que têm muito a nos orientar neste momento.

Atualização da psicanálise perante os marcadores sociais

A repetição nos ajuda também para melhor compreender a atualização em psicanálise em face das questões de nosso tempo. A atualização diz respeito exatamente ao que parece o seu oposto – o retorno do recalcado na relação transferencial atualiza o sujeito dos seus conflitos (Rosa, 2021).

Nos pactos de classe social e diante do duplo mal-estar, os movimentos do sujeito são freados pelas políticas do gozo, quando o excesso de consistência do acontecimento, associado ao desacontecimento (nada de novo no front ou, na versão atual, “isso é mimimi”), lança o sujeito na condição de “não poder não recordar”, modo como Agamben (2002) descreve a condição de pessoas nos campos de concentração. Trata-se de um impedimento do esquecimento, do recalque necessário para se separar do acontecimento.

A psicanálise pode contribuir com a resistência política transversalmente em vários aspectos. O primeiro será destacar a relevância da democracia como significante norteador perante o cenário imaginário distópico que nos é impingido como um fim da história – trata-se de

desativar essa estratégia de domínio que inibe movimentos emancipatórios e lutas coletivas; de ativar memórias e constituir pactos civilizatórios necessários para construir um comum possível e transitório.

Nessa direção, a psicanálise pode contribuir para enfrentar a negação como estratégia discursiva na manutenção das práticas escravocratas e a afirmação do racismo por outros meios. De modo muito breve, temos visto ressurgir o autoritarismo sem véus no país da cordialidade, ancorado na negação da longa história da escravatura, do racismo estrutural, da violenta e persistente desigualdade social – negações intensificadas como uma estratégia discursiva de poder. Trata-se da tentativa de apagamento da memória, impingida pela classe dominante do país.

Outro ponto será perceber e não responder em espelho à gestão dos afetos quando incita discursos de ódio, racistas e xenófobos, dando lugar ao “direito ao ódio”, convocando uma organização social e política que se orienta sob a lógica da guerra. Essa modalidade de laço social que dá licença para odiar (e rapidamente se torna licença para matar) está baseada na “manipulação do desamparo constitutivo, transformado em medo da alteridade, como numa dicotomia em que assim o outro é mau e eu sou bom” (Rosa, 2018, p. 21).

O terceiro ponto será escutar o sujeito silenciado e emudecido ou mesmo aterrorizado. Tal questão incita ressaltar que a fala supõe endereçamento e a importância em se considerar os enclausuramentos da escuta e da fala quando o outro é obrigado a ocupar um lugar de submissão (Rosa, 2022a). Aqui se situam as articulações entre o lugar de fala e o lugar de escuta entremeados pelo pacto civilizatório, presente na noção de mal-estar de Freud (1996b).

Na psicanálise, trata-se de subverter as estratégias de oprimir ou explorar que fazem das diferenças “marca-dores” e desmistificar a eficácia desses discursos. Traço, marca, significante e sentidos partilhados contrapõem-se à condenação a um lugar social específico congelado na história hegemônica – essas são dimensões que atravessam as fronteiras

do eu, da história, da sociedade e da política, evocando a proposição lacaniana de que o inconsciente é a política. Essa perspectiva coloca também a psicanálise em articulação com outros saberes e práticas. Trata-se de uma aposta de se instituir no campo psicanalítico um novo tempo e de se inventar novas práticas diante das várias modalidades de expressão de desejo.

Outro ponto relevante é a montagem do dispositivo da construção do caso clínico em que se destaca a radicalidade da posição do analista e sua implicação com a clínica em contextos de atendimento a pessoas em situações sociais críticas e de urgência social e psíquica. Tal posição supõe que o psicanalista atravesse a fantasia social que mascara a inconsistência e os antagonismos constitutivos de uma sociedade viva e pulsante. Posição delicada, pois o analista depara-se com um impasse que implica a sua responsabilização com o rompimento da alienação promovida também nele por esse campo supostamente simbólico; não o assentimento subjetivo de sua participação, mas a supressão de qualquer participação nesse gozo. Põe em jogo um trabalho na transferência, endereçado e comprometido com uma práxis a ser compartilhada, articulada com elementos singulares de um tempo e lugar que, visitados, permitem a transmissão de um desejo e a manutenção da vitalidade e atualidade da prática psicanalítica.

Isso dito, para a psicanálise se atualizar perante os impasses da governabilidade será importante articular elementos heterogêneos, como sujeito e política, linguagem e discurso, história do sujeito e história de seu lugar no laço social, e se atentar à distribuição de lugares na estrutura social e de bens materiais e culturais. O seu trabalho será barrar a repetição monótona, automática e sem história.

Os desafios são enormes. Tratam de abordar os silenciamentos, os impasses à fala e à escuta promovidos pelos marcadores sociais e de atentar para o modo de construção do caso clínico e suas táticas de intervenção na direção de fazer dos marcadores sociais marcas,

marcas de dor, de luta, mas, não mais, signos de um destino escrito pelos mecanismos do poder, de submissão e morte.

Para finalizar, cabe ressaltar que, apesar desse cenário político, vemos eclodirem movimentos sociais e políticos que têm recontado a história pela versão das mulheres sobre sexismo, dos negros e negras sobre racismo, dos explorados sobre a escravização por outros meios. Alguns chamam tais movimentos de identitários para caracterizá-los como dejetos, como uma massa informe, de hordas de zumbis. Trata-se de uma tentativa de calar aqueles que rompem o silenciamento imposto pelo desamparo discursivo, aqueles que buscam desnaturalizar os sofrimentos sociopolíticos a que foram submetidos e que anunciam a verdade do seu tempo.

Vemos que, com propriedade, os movimentos sociais retomam as coordenadas históricas da dominação e, coletivamente, com vida e entusiasmo, efetivam a proposta de Lélia Gonzalez (2018): *o lixo vai falar, e numa boa!* Falam e geram perturbação do instituído nos jogos de poder. Graças a esses movimentos tem sido possível desnaturalizar certos discursos e práticas sociais em uma transmissão às avessas, reescrevendo nossas histórias.

Também na psicanálise vemos entrar em cena novos protagonistas que, a meu ver, abrem uma nova geração de psicanalistas. Inúmeros grupos, especialmente grupos negros e periféricos, ganham autonomia e passam a formar e ocupar espaço de formadores. Desafiam as relações de poder e autorização à psicanálise.

Entram na cena não apenas para serem escutados, mas para serem protagonistas, produtores da psicanálise. Tais protagonistas nos levantam reflexões sobre como o(a) psicanalista brasileiro(a) opera sua práxis em uma sociedade dividida e sob pura tensão nos vários planos: político, social, epistêmico e epidêmico.

É preciso clareza política para não se enredar nas pactuações de benefícios de determinados grupos sociais em detrimento de outros,

assim como pelos modos de manipulação dos afetos e desejos para melhor subjugar as possibilidades por vezes muito pequenas de escolhas que se apresentem.

Nesses casos, como já mencionado, a experiência psicanalítica não é suficiente – os movimentos sociais e políticos são fundamentais para compor uma força de transformação social e subjetiva. Há muitos saberes culturais e modalidades de enfrentamento que podem acionar a resistência aos mecanismos de opressão.

Como entendem Boaventura e Meneses (2010), trata-se de descolonizar o olhar – o que cabe também aos psicanalistas (Guerra & Bispo, 2023). Ou seja, cabe considerar o que não está relatado nos registros e documentos oficiais, rompendo silêncios e trazendo elementos da história dos oprimidos. Tal tarefa supõe visitar criticamente e atualizar os posicionamentos epistemológicos sobre a sociedade, a história, a política e o sujeito, em sua implicação com os impasses contemporâneos. Ser atual, ser contemporâneo é ser um tanto estrangeiro, estranho, incômodo, em seu próprio tempo, posição por excelência do psicanalista.

E se a psicanálise é uma práxis, não há atualidade sem repensar a práxis, ou seja, a psicanálise comparecendo em ato, marcando presença no campo social e político, pode favorecer a inscrição, na história, dos marca-dores para romper as repetições, com potência para nortear, renovar e vitalizar as possibilidades de uma transformação que inclui sociedade e sujeito e invenção da vida.

Referências

- Agamben, G. (2002). *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. UFMG.
- Bento, M. A. da S. (2002). *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público* [Tese de doutorado]. Universidade de São Paulo.

- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. (R. da Silveira, Trad.). Edufba.
- Faustino, D. M. (2018). *Frantz Fanon: um revolucionário particularmente negro*. Ciclo Contínuo.
- Faustino, D. M. (2020). Notas sobre a sociogenia, o racismo e o sofrimento psicossocial no pensamento de Frantz Fanon. *Revista Eletrônica Interações Sociais*, 4(2), 10-21.
- Faustino, D. M., & Rosa, M. D. (2023). O mal-estar colonial: racismo, indivíduo e subjetivação na sociabilidade contemporânea. *Psicologia & Sociedade*, 35, 1-17.
- Freud, S. (1996a). O estranho. In *Obras completas*. M. Carone, Trad.; Vol. 10, pp. 296-297). Imago. (Trabalho original publicado em 1919)
- Freud, S. (1996b). O mal-estar na civilização. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad.; Vol. 20, pp. 67-150). Imago. (Trabalho original publicado em 1930)
- Freud, S. (2013). *Psicologia das massas e análise do Eu*. (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1920-1923)
- Gonzalez, L. (2018). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Diáspora Africana.
- Guerra, A. M. C., & Bispo, F. S. (2023). *Ocupar a psicanálise: por uma clínica antirracista e decolonial*. n-1 edições.
- Hobbes, T. (2019). *Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Martin Fontes. (Trabalho original publicado em 1651)
- La Boétie, E. de. (1999). *Discurso da servidão voluntária*. Brasiliense. (Trabalho original publicado em 1548)
- Lacan, J. (1985). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In *Escritos*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1958)

- Lacan, J. (2021). O seminário, livro 24: L'insu que sait de l'une-bévue saïle à mourre. *Revista Lacaniana de Psicoanálisis*, (30). (Aula de 11 janeiro 1977)
- Macedo, D. (2005). Resistência política à opressão. In R. F. Rocha (Org.), *Direito democrático de resistência*. Portal Oboé/publicações.
- Maliska, M. E. (2004). Resistência multifacetada. *Congresso Internacional de Convergência*. <http://convergenciafreudlacan.org/pt/resistencia-multifacetada/>
- Paniago, I. M. L. (2009). A resistência e a constituição psíquica: implicações para a clínica psicanalítica. [Tese de doutorado]. Universidade de Brasília. <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/1231>.
- Penha, D. A., & Gonsalves, R. (2018) (Orgs.). *Ensaio sobre mortos-vivos: The Walking Dead e outras metáforas*. Aller.
- Penha, D. A., & Rosa, M. D. (2023). Zumbis e distopia: os restos da colonialidade e o apagamento das lutas de libertação. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 23(4), 1291-1310.
- Rosa, M. D. (2002). Uma escuta psicanalítica das vidas secas. *Textura: Revista de Psicanálise*, 2(2), 42-46.
- Rosa, M. D. (2016). *Psicanálise, política e cultura: a clínica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. Escuta/Fapesp.
- Rosa, M. D. (2018). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. Escuta/Fapesp.
- Rosa, M. D. (2021). Carta aos/as jovens psicanalistas hoje. *Lacuna: uma revista de psicanálise*, 12, 6-14.
- Rosa, M. D. (2022a). Sofrimento sociopolítico, silenciamento e a clínica psicanalítica. *Psicologia: ciência e profissão*, 42, 1-10.
- Rosa, M. D. (2022b). A construção do caso clínico-político: dos marcadores sociais à marca do caso. In M. Kamers et al. (Org.), *Psicanálise clínica & cultura*. Agalma Psicanálise, 1, 236-253.

- Sade, D. A. F. de. (2003). Franceses, mais um esforço se quiserdes ser republicanos. In *A filosofia na alcova: ou os preceptores morais*. Iluminuras. (Trabalho original publicado em 1795)
- Santos, B. de S., & Meneses, M. P. (Orgs.). (2010). *Epistemologias do Sul*. Cortez.



“Vivemos em um mundo democrático em luta desigual. Contraditório? Paradoxal. Talvez não haja outra solução senão a afirmação de presenças inéditas que forcem o sistema democrático a se remontar.

Neste livro, deparamo-nos com as experiências abissais desses limiares: econômico, jurídico, subjetivo, político. Ensaios de uma densidade rigorosa e criativa releem o mesmo e o novo na democracia, de modo a constituir, não apenas uma outra semântica ou uma nova gramática, mas sobretudo uma *não* estrutura que se abre em hiatos e fendas de múltiplas possibilidades de se pensar a realização em exercício do político.”

Andréa Máris Campos Guerra

PSICANÁLISE

ISBN 978-85-212-2673-4



9 788521 226734



www.blucher.com.br



Blucher



Clique aqui e:

VEJA NA LOJA

Psicanálise e democracia

Interlocuções entre clínica, política e cultura

Gisele Papeti, Helenice Oliveira Rocha (Org.)

ISBN: 9788521226734

Páginas: 266

Formato: 14 x 21 cm

Ano de Publicação: 2025